



## ESCOLA MILITAR DO REALENGO: FORMAÇÃO E GÊNESE POLÍTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

**RAFAEL ROESLER\***

### **1 Introdução**

A campanha presidencialista de 1922, que instaurou uma crise no modelo político vigente à época<sup>1</sup>, também mobilizou as expectativas dos jovens alunos e oficiais instrutores da Escola Militar do Realengo. A derrota de Nilo Peçanha, candidato apoiado pela classe militar, para Artur Bernardes, candidato da situação, além de ter sido muito mal recebida, só fez aumentar o descrédito dos quadros da Escola para com as instituições vigentes. O General Cordeiro de Farias, instrutor da Escola à época, abordou assim a questão:

Pessoalmente, eu senti frustrados os meus propósitos de participar da política pelas vias normais, através do processo eleitoral e do voto. Os militares se sentiram mal. A oficialidade jovem, como eu, ficou inconformada com a derrota, mais uma vez fruto dos velhos arranjos da política oligárquica. Concluímos que a situação precisava mudar. (CAMARGO; GÓES, 1981:71)

E a situação mudou. Na madrugada de 4 para 5 de julho de 1922, a Escola Militar do Realengo levantou-se em apoio aos revoltosos do Forte de Copacabana. Entretanto, o envolvimento da Escola Militar do Realengo nos acontecimentos que deram origem ao Movimento Tenentista de 1922 não durou mais do que dois dias. Os revoltosos da Escola Militar, após um malogrado confronto com as tropas legalistas da Vila Militar, nas alturas do morro Monte Alegre, por volta das dez horas da manhã do dia 5 de julho, se retiraram das posições ocupadas e retornaram ao quartel no Realengo. Após o meio-dia, as tropas governistas já ocupavam as instalações da Escola Militar, mantendo, em seu interior, oficiais e alunos revoltosos presos. (SILVA, 2004:154 e TÁVORA, 1973:118)

---

\* Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV. Professor da Academia Militar das Agulhas Negras.

<sup>1</sup> A indicação de Artur Bernardes e Urbano Santos para Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, pelos grupos dominantes de São Paulo e Minas Gerais, esgotou a velha política dos governadores elaborada por Campos Sales. Os graves conflitos gerados no interior das oligarquias regionais levaram os estados do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Sul a articularem um movimento que ficou conhecido como Reação Republicana e a lançarem um manifesto oficializando o carioca Nilo Peçanha e o baiano J.J. Seabra aos cargos políticos máximos do País.

Em virtude desses acontecimentos, mais de vinte oficiais instrutores foram presos e quinhentos e oitenta e quatro alunos foram desligados<sup>2</sup>. Um dos reflexos dos acontecimentos de 1922 foi a reformulação do ensino militar do Exército, que em 1923 ganhou uma nova regulamentação, passando a Escola do Realengo a funcionar sob a influência da Missão Militar Francesa<sup>3</sup>.

Parece ser consenso na produção historiográfica sobre a Primeira República que o levante de julho de 1922 deu origem ao Movimento Tenentista, que viria a desestruturar a política vigente do País e romper os arranjos políticos da velha ordem oligárquica rural que imperavam desde a fundação da República. O fato é que o movimento de 5 de julho ganharia mesmo importância e prestígio somente na década de 1930, ao final de um ciclo revolucionário<sup>4</sup> que, segundo McCann (2009:288) “acabaria por demolir a República”. Ao mesmo tempo, pode ser considerado uma reação a uma série de medidas consideradas ofensivas a honra do Exército. Nos relatos memorialísticos dos revoltosos de 1922, apresentados por Helio Silva, não há outra razão apontada para o movimento de 5 de julho que não fosse o desejo de protestar contra o ato de Epitácio Pessoa que feriu os brios do Exército.

Ao estudar a formação profissional e o engajamento político dos generais de 1964, Eduardo Svartman aponta que, na Escola Militar do Realengo, foram iniciadas as vidas militares de muitos dos tenentes de 1922 e 1924, bem como daqueles que se engajaram mais tarde no golpe getulista de 1930 e na insurreição de 1935, ressaltando que, naquele estabelecimento, formou-se uma geração de oficiais altamente politizada. O entendimento do autor é que, na formação desses oficiais caracterizados como a “geração do Realengo”, é possível identificar as primeiras articulações entre a formação profissional e suas inclinações para pensar e agir em face das questões políticas. (SVARTMAN, 2012:282)

---

<sup>2</sup> Cf. Relatório do Ministro da Guerra Caetano de Faria, 1922.

<sup>3</sup> A formação do oficial do Exército Brasileiro na Escola Militar do Realengo se deu sob a influência de duas missões militares, basicamente: a Missão Indígena, missão genuinamente nacional, que funcionou na Escola entre 1919 e 1923; e a Missão Militar Francesa, contratada junto ao governo da França em 1919, mas que só passou a funcionar na Escola do Realengo em 1924. O fim da primeira se deveu, principalmente, ao envolvimento dos instrutores da Escola nos eventos que deram origem ao Movimento Tenentista de 1922.

<sup>4</sup> Ciclo revolucionário que não pode deixar de considerar o movimento de 1924, em São Paulo e a atuação da Coluna Prestes.

## 2 Gênese e Formação Política na Escola Militar Do Realengo

Apesar da consolidação do poder civil na Primeira República, durante os governos de Prudente de Moraes e Campos Sales, e dos esforços para neutralizar a intervenção militar na política, parte considerável dos militares da geração que passou pelos corredores, pátios e salas de aulas da Escola Militar do Realengo teve a sua formação marcada profundamente pelas questões políticas que envolveram o papel do Exército frente ao Estado e à sociedade brasileira.

A iniciativa do governo de dispersar as escolas militares em um subúrbio distante do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde ocorria a efervescência política nacional, e no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre e em Rio Pardo, deveria atender às expectativas de despolitização dos futuros oficiais<sup>5</sup>. Na prática, isso estava longe de acontecer.

Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, grande parte do efetivo dos alunos, não punidos ou anistiados nos inquéritos que transcorreram após a Revolta da Vacina, foi transferida para a Escola de Guerra de Porto Alegre que, à época, contava com mais de seiscentos alunos. O aumento do efetivo da Escola movimentou a cidade e a política local de tal maneira que, no ano seguinte, um grupo de alunos já havia se engajado nas disputas eleitorais do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Juntamente com os alunos da faculdade de Direito, compuseram o Bloco Acadêmico Castilhista. Faziam parte desse grupo os, então, alunos Eurico Gaspar Dutra, Pedro Aurélio de Goés Monteiro, Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura. (MEDEIROS, 1992:39)

Nos anos 1906 e 1908, respectivamente, pela iniciativa dos alunos foram fundadas duas revistas: a *Occidente*, na qual predominavam os artigos de cunho social com forte inspiração do positivismo comteano; e a *Cruzada* que, com forte engajamento político, tinha como uma de suas incumbências a reprodução de artigos do jornal *A Federação*, órgão oficial do PRR. Em seu primeiro número esta revista apresentava a intenção de “trabalhar

---

<sup>5</sup> Face ao envolvimento dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha na Revolta da Vacina, o governo federal resolveu fechar a Escola Militar. Um novo regulamento de ensino para as escolas militares passou a vigorar a partir de 1905. A formação dos oficiais do Exército passou a ser dividida em quatro escolas distintas localizadas em Porto Alegre-RS, Rio Pardo-RS, Realengo-RJ e Santa Cruz-RJ. Mais tarde, o Regulamento de ensino de 1913 centralizou a formação na Escola Militar do Realengo.

modestamente pelo futuro de nossa querida pátria, obstando o descabro moral que por aí vai conduzindo a República no regime absoluto de desmoralização”. (MEDEIROS, 1992:62)

Essa breve digressão se faz necessária para que haja o entendimento de que muito do espírito de radicalismo e objeção aos políticos civis e ao modelo liberal dos primeiros anos republicanos ainda circulava nos estabelecimentos de formação da oficialidade brasileira do início do século XX. Como bem ressaltou Cordeiro de Farias, a sua “geração tornou-se política porque a anterior já era política” (CAMARGO; GÓES, 1981:91). A circulação de valores e atitudes de contestação à ordem vigente foi também registrada por Macedo Soares em seu depoimento, no tocante ao movimento de 1922: “os cadetes estavam muito inquietos. Vou dizer uma coisa: se os oficiais não tomassem a iniciativa, os cadetes fariam a revolução sozinhos. Resolvemos, então, entrar em cena para enquadrá-los” (SOARES, 1998:35). Juarez Távora afirma ter participado do movimento de 1922 como “protesto aos atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivos à dignidade do Exército. Essa instituição nacional – a cujo abrigo pudera concluir meus estudos superiores [...] merecia um tal sacrifício” (TÁVORA, 1973:115).

Os depoimentos deixam transparecer que havia um forte sentimento de repulsa ao modelo político vigente e uma auto-percepção dos alunos e jovens oficiais da Escola Militar de que eles representavam uma reserva moral da Nação, cuja ação não se daria pelas vias institucionalizadas.

A atitude de contestação à ordem vigente, demonstrada pelos alunos e oficiais do Realengo, se fez sentir, também, fora dos muros da Escola Militar, influenciando os alunos de outros estabelecimentos militares de ensino. Aluno do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) em 1922, o General Ernesto Geisel lembra, em depoimento à Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, no CPDOC/FGV, em 1987, que os alunos do CMPA também estavam contaminados pelos “ideais de 1922”, devido ao contato com ex-colegas mais velhos que haviam participado da revolta no Rio de Janeiro e, retornando a Porto Alegre, expunham o idealismo do movimento. Segundo ele, “a geração que se formou naquele tempo no Colégio Militar de Porto Alegre, e em outros colégios, era francamente revolucionária” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1987:28). Geisel, aluno da Escola Militar do Realengo sob a inspiração da Missão Francesa, entre 1925 e 1928, aponta ainda: “pensávamos que o governo era dos corruptos, dos

incapazes, que o que havia era politicagem [...] quando formos oficiais, vamos influir para melhorar este país” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1987:29).

Apesar do desejo de mudança ser comum nos discursos memorialísticos dos alunos e instrutores da EMR da década de 1920, não é possível identificar um programa ou uma orientação política que fosse comum a todos. Como bem destacou Cordeiro de Farias, “saímos livres atiradores” (CAMARGO; GÓES, 1981:71).

Nos primeiros anos da década de 1920, a Escola Militar passava pelo impulso renovador da Missão Indígena, que proporcionou à “geração do Realengo” a internalização de um senso de profissionalização e de organização moderna jamais visto na história das turmas que passaram pelos bancos das escolas militares. No entanto, isso não cria a imagem de um Exército e de uma oficialidade alheia às questões políticas da Nação.

A Escola Militar reverberava parte das crises e da efervescência política dos anos 1920. Porém, mais do que simplesmente reproduzir o que se passava além de seus muros, a Escola era “um espaço politizado no qual os alunos alimentavam visões críticas à Primeira República” (SVARTMAN, 2012:290). Sob esse ponto, os alunos, como profissionais das armas, cultivavam disposições para agir na esfera política. O efeito indesejado da formação profissional, segundo Svartman (2006:90), pode ser compreendido, em parte, quando se observa o quadro político da época. No entanto, é necessário ater-se, também, aos referenciais simbólicos que povoavam a formação da nova oficialidade, dentre os quais encontra-se a permanência do positivismo nas salas de aula, mesmo após a saída da Praia Vermelha.

Passando por várias reformas, o ensino militar da época sempre se manteve sujeito à lacunas entre o que constava nos novos regulamentos e o que de fato ocorria dentro das salas de aula.

Segundo Jehovah Motta, os regulamentos para o ensino militar de 1918 e 1919, voltados para o ensino prático, que teriam provocado uma mudança do perfil dos instrutores da Escola Militar do Realengo, não causaram o mesmo impacto nos professores. Para Motta (2001:263), “o corpo docente, formado na prática e na exaltação do ensino verbal, preso a hábitos e atitudes arraigadas, permaneceu indiferente, quando não hostil, a procedimentos didáticos que lhe exigiam mudanças de concepção e reestruturação de experiências”. Assim,

as aulas teóricas no Realengo seguiam reproduzindo, em formato e conteúdo, as ministradas na Praia Vermelha.

O General José Campos de Aragão, que foi aluno no Realengo quando a Missão Francesa já havia se consolidado, lembra que, mesmo depois de tanto tempo, o positivismo ainda se fazia sentir entre alunos e professores. Segundo ele, as aulas de geometria do primeiro ano ainda eram o espaço utilizado pelos professores para fazerem citações de Comte, o que deixava os alunos completamente magnetizados, fazendo-os incorporarem ao seu vocabulário chavões da filosofia positivista. O memorialista destaca que, para alguns alunos que chegavam ao Realengo, esse universo não era nenhuma novidade, ou porque descendiam de militares positivistas ou porque eram, de alguma forma, ligados a Benjamin Constant, ou, ainda, porque haviam frequentado os Colégios Militares de Porto Alegre e Barbacena, onde ainda se encontravam professores assumidamente positivistas. (ARAGÃO, 1959:79,82,84,257)

Ainda que a formação teórica tenha sofrido um desprestígio a partir da mudança da Escola Militar para o Realengo, não se pode esquecer que os professores também mudaram para lá, já que continuaram fazendo parte do quadro docente da Escola. Roberto Nachman aponta que 10% dos professores da Escola Militar ainda eram positivistas e que muitos docentes simpatizantes do pensamento de Comte continuaram ensinando até o início dos anos 1920 (*apud* SVARTMAN, 2006:94).

Campos Aragão relata, ainda, sobre outro foco de tensão causado pelo positivismo na Escola Militar: a prática da religião. Segundo Aragão (1959:173), o aluno que fosse pego rezando ou praticando algum ato religioso era ridicularizado pelos demais. Nesse contexto, Juarez Távora lembra, em suas memórias, da existência da Conferência de São Maurício, uma sociedade religiosa fundada na Escola Militar em 1917, por iniciativa de uns poucos cadetes, por sugestão do pároco de Realengo, Padre Miguel de Santa Maria Muchon. Távora (1973:86-87) ressalta que frequentar a irmandade religiosa era uma forma de contrapor-se “à indiferença ou à hostilidade imperantes no meio escolar”. Diz que a tarefa não era fácil, pois eram “ridicularizados [...] por pequeno grupo de agnósticos impertinentes...” e que a Conferência teria servido para mudar “o ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente, na Escola Militar” (TÁVORA, 1973:87).

Em 1918, afirma Juarez Távora, três cadetes participaram de uma cerimônia em que abençoaram as suas espadas em uma pequena igreja de Realengo. No ano seguinte, já eram vinte cadetes a participar desse ato religioso, os quais eram saudados pelo Aspirante a Oficial Távora

Nós, em cujos corações de moços, graças a Deus, ainda não perpassou esse vento e esterilizado do ceticismo [...] não podemos fazer-nos indiferentes, diante da descrença doutrinária que vai, aos poucos, combalindo, corrompendo e degradando o organismo moral da nossa nacionalidade.<sup>6</sup>

Svartman (2006:92-94) afirma que os relatos apresentados até o momento permitem fazer duas inferências. A primeira é sobre o “ambiente de ateísmo” e o “grupo de agnósticos”, citados por Távora, que refletem a presença do positivismo nos corredores da Escola Militar. Ainda que não pareçam uma adesão a uma doutrina específica, indicam a permanência da influência positivista, mesmo que em um contexto bastante diferente daquele em que se deu a instauração da República. Entretanto, essas referências reavivam, na memória da “geração do Realengo”, o ativismo político de seus predecessores da Praia Vermelha e criam uma autoimagem de serem moralmente superiores ao governo oligárquico que governava o País.

Também o uso de vocabulário e de imagens de personagens que remetem ao pensamento positivista permite inferir que este repertório ainda se encontrava na Escola do Realengo, nos anos 1910 e 1920. Isso faz sentido quando alunos e oficiais começam a pensar o papel político que deveriam desempenhar como militares.

A Escola Militar preparava os futuros quadros dirigentes do Exército Brasileiro, e tanto a instituição quanto os alunos sabiam disso. No Realengo, a formação curricular e o tipo de vivência em regime de internato e com forte grau de solidariedade entre os cadetes ia lhes instituindo os saberes, gostos, afinidades, valores e expectativas de um futuro oficial ao mesmo tempo em que isso se fundia com uma espécie de compromisso com a pátria que ia muito além da “defesa”, mas com uma “tradição” republicana de “arrancadas revolucionárias” em defesa da nação. (SVARTMAN, 2006:94)

A continuidade do ativismo político dos alunos e do sentimento que os mobilizava aparecia ser bastante clara: “Os reflexos de 1889 iluminaram o clima de rebeldia de 1922. A

---

<sup>6</sup> Arquivo do CPDOC/FGV, JT pi op Távora, J. 0000.00.00/5

Escola do Realengo herdara, em toda a plenitude, a consciência da Praia Vermelha” (ARAGÃO, 1959:206).

Nos anos em que compartilhavam a intensa e extenuante rotina da Escola Militar, os alunos desenvolviam entre si fortes laços de camaradagem e associativismo. Devido a esse associativismo é possível afirmar que o que circulava entre os alunos, em seus espaços específicos de socialização, podia ser tão importante quanto as disciplinas e programas ministrados pelos professores na configuração de um determinado tipo de formação na Escola Militar. (SVARTMAN, 2012:295)

Boa parte da difusão do positivismo na Escola Militar da Praia Vermelha era feita pelos alunos através do Clube Acadêmico Positivista da Escola Militar. (CASTRO, 1995:66-67) No Realengo, onde o associativismo dos alunos também era intenso, existiam a Sociedade Atlética e a Sociedade Acadêmica, a qual também costumava publicar periódicos. À época em que o regime de internato era mais flexível, muitos alunos viviam em “repúblicas” estudantis localizadas nas imediações da Escola, devido à precariedade das instalações ou devido ao excesso de alunos. Outros mantinham um espaço fora da escola, no qual discutiam política e questões relativas à Primeira Guerra Mundial. (SVARTMAN, 2012:294)

Svartman (2012:295) compara as associações de alunos da Escola Militar às agremiações duelistas estudantis e confrarias nacionalistas da Alemanha do *Kaiserreich* estudadas por Norbert Elias. Elias (1997:57) diz que essas agremiações cumpriam uma “função fortemente padronizadora” e davam um cunho relativamente uniforme a pessoas das mais diversas regiões do país. Além disso, cultivavam uma rede de relações que dificilmente era rompida pelos seus membros.

Os anos de intensiva convivência entre os alunos nas instituições formadoras da oficialidade deixavam marcas profundas no modo de ser e de estar desses indivíduos. As experiências, nostalgicamente lembradas em autobiografias e discursos, e a seleção dos quadros concorriam para que se formasse um oficial dentro de um parâmetro determinado. Esse parâmetro, cada vez mais “profissional” e “técnico”, supunha um desengajamento político que, na verdade, nunca aconteceu. Nesse processo, era também reforçada uma tendência já secular de crescente identificação do oficialato com a sua instituição e o

consequente afastamento de seus laços identitários com outros segmentos da sociedade. (SVARTMAN, 2006:96)

Na relação entre a formação militar profissional e a política no Realengo, Svartman (2012:296-297) atenta, ainda, para outro fator que deve ser ponderado: as leituras e debates, entre os alunos, circulavam e contribuíam para que se disseminasse um leque de possibilidades de representações e de produção de sentido para os fenômenos que mobilizavam os agentes. Isso é de fundamental importância, pois foi também com base nessas leituras que esses alunos e jovens oficiais começaram a compor o repertório com o qual pensavam e, frequentemente, faziam política. O autor toma como exemplo Cordeiro de Farias que, por influência do pai, um militar florianista, leu *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ou de Lira Tavares, para quem as principais leituras nos anos 1920 foram: José Bonifácio, Euclides da Cunha, Roquete Pinto e Oliveira Viana.

### 3 Considerações Finais

Ao se pesquisar a profissionalização dos quadros do Exército na Escola Militar do Realengo, percebe-se o uso bastante comum do termo “geração do Realengo”, para se fazer referência aos ex-alunos e ex-instrutores. Nesse sentido, como é possível determinar quem, de fato, fez parte da chamada “geração do Realengo”? Seriam todos os alunos e instrutores que passaram por aquele estabelecimento de ensino? Como determinar o tempo que durou essa geração? Quando começou e terminou? Teriam existido várias gerações do Realengo? Tais indagações conduziram a uma tentativa de determinar quem compôs, de fato, essa geração e o que a caracteriza.

Sirinelli (2006:133) aponta que um estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade própria. Às vezes, esse processo só se verifica em um setor bem determinado. Também destaca que, como os fatos inauguradores se sucedem de maneira irregular, existem gerações curtas e gerações longas, o que torna inadequado procurar uma padronização temporal que possa ser aplicável a esse conceito, até mesmo porque o econômico, o político e o social não avançam no mesmo passo. A geração também é um fato cultural, derivado do sentimento de pertencer, ou de ter

pertencido, a uma faixa etária com forte identidade diferencial. No entanto, Sirinelli alerta, também, que uma geração pode ser uma reconstrução do historiador, por isso passível de rotulações e classificações.

Quanto ao fato inaugurador da “geração do Realengo”, este parece estar ligado às mudanças implementadas pelos regulamentos para as escolas militares da década de 1910, especialmente os de 1918 e de 1919. Seria um erro a tentativa de vinculá-lo à transferência da Escola Militar para o bairro de Realengo, já que os relatos memorialísticos e depoimentos de ex-alunos e ex-instrutores permitem identificar algumas permanências entre as duas escolas, a da Praia Vermelha e a do Realengo. Nas duas houve a influência do positivismo no ensino e a tentativa de afastar os alunos das agitações políticas da Capital Federal malogrou. Basta lembrar Cordeiro de Farias, ao afirmar que a sua “geração tornou-se política porque a anterior já era política” (CAMARGO; GÓES, 1981:70). Svartman (2012:286) lembra que a profissionalização não começou com a geração do Realengo, porém, “as reformas no ensino militar [...] reforçaram a percepção dessa geração como distante das anteriores”. Cordeiro de Farias relatava, ainda, que em 1919 a sua turma foi a primeira que “saiu da Escola com formação verdadeiramente militar”.

Não há como negar, entretanto, que a geração que se formou no Realengo caracterizou-se tanto pelo rigorismo e profissionalismo como pela predisposição ao envolvimento na vida política do País.

Durante a primeira etapa de formação dos alunos na Escola Militar do Realengo, várias reformas foram implementadas no ensino. O objetivo era formar um corpo de oficiais portadores dos saberes específicos do militarismo, obedientes à autoridade civil e distantes das lutas políticas nacionais, regionais ou locais. No entanto, a disposição para a ação política era tão forte quanto a dos oficiais do início da República. Aqueles que cursavam a EMR, com frequência, reivindicavam a “tradição” destes de serem “guardiões da nação” e, como elas, defendiam ideias políticas antiliberais e autoritárias. Svartman (2006:56) lembra que o discurso moralizador da necessidade do engajamento político, em favor da segurança da nação e do bem comum, internalizado desde os tempos da Escola do Realengo, foi um recurso empregado tanto em engajamentos individuais, como nas campanhas eleitorais de Juarez

Távora, em 1955, e de João Punaro Bley, quando assumiu a interventoria no Espírito Santo, em 1930, quanto coletivos, como no levante de 1922.

Essa geração acompanhou uma mudança significativa no peso do Exército nas correlações de força do Estado. Depois de quase uma década de insurreições, marchas e conspirações, que marcaram o tenentismo nos anos 1920, a Revolução de 1930 projetou o Exército para o centro do poder nacional de modo que a burocracia militar conquistou uma parcela de poder que não conseguira desde 1889. (CARVALHO, 1983:109) Especialmente durante o Estado Novo, uma série de reformas foram levadas a cabo no sentido de aparelhar o Exército – que até então enfrentava a concorrência das polícias estaduais –, de restringir o espectro ideológico de seus quadros e de fortalecer a sua capacidade de ingerência sobre a política nacional e sobre as agendas de política externa, de infra-estrutura e, obviamente, de defesa.

Em meio a esse progressivo aumento de poder do Exército que, influenciados por autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, os generais de 1964<sup>7</sup> cursaram a Escola de Estado-Maior (EEM). Vários deles já haviam ocupado cargos políticos ou administrativos de maior ou menor relevância por ocasião da Revolução de 1930 e, na EEM, tiveram a oportunidade de reforçar suas crenças quanto à superioridade moral e ao preparo técnico, de modo que as crescentes preocupações institucionais com os “problemas brasileiros” sedimentavam entre os agentes aqui estudados a crença no caráter natural e necessário do seu engajamento político. (SVARTMAN, 2006:56-57)

Não se pode dissociar o processo de formação profissional do processo de socialização da “geração do Realengo” no âmbito da sua corporação. Ao longo do curso na Escola Militar do Realengo, esses agentes foram internalizando não só os saberes indispensáveis à formação de um oficial do Exército, mas toda uma série de valores, hábitos, crenças e atitudes que não apenas assinalavam, mas instituíam a distinção entre militares e civis<sup>8</sup>.

Não há como avaliar a carreira militar de todos os militares da “geração do Realengo”. Porém, fica evidente que os oficiais que passaram pelos bancos da EMR identificam-se como

---

<sup>7</sup> Alguns dos generais a que Svartman se refere foram instrutores ou alunos da EMR e participaram de um ou mais movimentos de intervenção na política nacional, dentre eles Odylio Denys, Eduardo Gomes, Juarez Távora, João Punaro Bley, Castelo Branco, Costa e Silva, Mourão Filho e Cordeiro de Farias.

<sup>8</sup> A esse conjunto, Celso Castro dá o nome de espírito militar.

oficiais muito bem preparados profissionalmente e para o exercício do comando nos corpos de tropa. Esta é uma identidade criada por esse grupo de oficiais.

Quanto à carreira política, não há como definir um perfil do grupo, haja vista o engajamento político de cada um nos diversos movimentos intervencionistas que marcaram a história do País. Alguns deles se destacam, por exemplo, por sua intensa atuação política desde a juventude, como Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora e Albuquerque Lima. Outros, pelo engajamento político tardio, nos movimentos de 1930 e 1964, como Castelo Branco e Punaro Bley, por exemplo. Nos levantes de 1922 e 1924, muitos se mostraram simpáticos aos movimentos, mas poucos aderiram diretamente.

O apoio ao golpe de 1930 foi quase unânime, considerando-se os alunos e instrutores da Escola Militar do Realengo nas décadas de 1910 e 1920. Não participaram aqueles que declaradamente se identificavam como legalistas ou críticos da mobilização política, como Castello Branco e Henrique Lott. No entanto, mais tarde, nos eventos que marcaram as tensões políticas da década de 1950, esses militares abandonam a situação de apolíticos e convertem-se em atores políticos de nível nacional, ainda que alinhados em blocos diferentes.

Por fim, a ocupação de cargos públicos foi outra característica marcante da “geração do Realengo”. Para ficar somente no universo aqui analisado, o quadro a seguir apresenta alguns exemplos.

MILITAR	CARGO PÚBLICO EXERCIDO
Odylio Denys	1934/5 – Gabinete de Góes Monteiro 1940/6 – Chefe de Polícia do Rio de Janeiro 1958/61 – Ministro da Guerra
Juarez Távora	1932/4 – Ministro da Agricultura 1954/5 – Chefe do Gabinete Militar 1962 – Deputado Federal (Guanabara) 1964/7 – Ministro Viação e Obras Públicas
Cordeiro de Farias	1931/2 – Chefe de Polícia de São Paulo 1938/9 – Interventor no Rio Grande do Sul 1955/8 – Governador de Pernambuco
João Punaro Bley	1930 – Interventor no Espírito Santo 1934 – Governador do Espírito Santo

	1937–Interventor no Espírito Santo 1943/47–Diretor Vale do Rio Doce 1965–1o Diretório da ARENA
Castello Branco	1964/7 – Presidente da República
Costa e Silva	1964/6 – Ministro da Guerra 1967/9 – Presidente da República
Henrique Lott	1954 – Ministro da Guerra 1955/9 – Ministro da Guerra
Edmundo de Macedo Soares	1946 – Ministro Viação e Obras Públicas 1947/51 – Governador do RJ 1967/9 – Ministro da Indústria e Comércio

**Quadro 1** – Cargos públicos ocupados por militares da “geração do Realengo”

**Fonte:** Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV.

#### 4 Referências

ARAGÃO, Campos de. **Cadete do Realengo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combate** – Diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In.: A REVOLUÇÃO DE 30. **Seminário Internacional CPDOC/FAV**. Brasília: Editora da UnB, 1983.

CASTRO, Celso. **Os militares e a república**. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel** – depoimento ao CDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**. São Paulo: BIBLIEX, 2009.

MEDEIROS, Laudelino. **Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911): significado cultural**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

SILVA, Helio. **1922: sangue na areia de Copacabana**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006. 339 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2006.

\_\_\_\_\_. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2012, v. 32, n. 36, p. 281-299.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas – Da planície à borda do altiplano**. 3. ed. 1. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.